

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER

VERA CRISTINA MINETTO WAECHTER

O CAMINHO DE VOLTA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA QUE OS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PERMANEÇAM NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALEGRIA/RS

Três de Maio

2013

VERA CRISTINA MINETTO WAECHTER

O CAMINHO DE VOLTA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA QUE OS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PERMANEÇAM NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALEGRIA/RS

Trabalho de Conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Tecnólogo em
Planejamento e Gestão para o
Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos
Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Coorientador: Prof. Ms. Irio Luiz Conti.

Três de Maio
2013

VERA CRISTINA MINETTO WAECHTER

O CAMINHO DE VOLTA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA QUE OS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PERMANEÇAM NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALEGRIA/RS

Trabalho de Conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Tecnólogo em
Planejamento e Gestão para o
Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof. Dr. Carlos G. Adalberto Mielitz Netto
Orientador
UFRGS

Prof. Augusto Mussi Alvim
PUCRS

Prof (a). Alessandra Troian
PGDR/UFRGS

Três de Maio, 30 de julho de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que me motivaram a sempre seguir em frente, estudando e me dedicando, aprendendo a cada dia.

Especialmente à minha família e aos meus filhos que me deram muita força e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força espiritual.

Agradeço à minha família, meus pais, meus filhos, Bernardo e Maria Eduarda e especialmente ao meu esposo Darcizo pela compreensão nos momentos de estudo.

À UFRGS e toda sua estrutura administrativa pela oportunidade de cursar o PLAGEDER.

Aos professores e tutores que contribuíram com seus conhecimentos e experiências para meu processo de aprendizagem.

Em especial aos professores que contribuíram para este TCC, professor orientador Dr. Mielitz Netto e coorientador Ms. Irio Luiz Conti.

À Coordenadora do Pólo Universitário de Três de Maio/RS e ao Tutor presencial pelo acompanhamento direto em todas as etapas do curso.

Aos colegas do curso que me acompanharam em todos os trabalhos e contribuíram valiosamente, persistindo até o final do mesmo.

Aqueles que colaboraram com entrevistas e informações ao longo desta caminhada de curso.

Dizer a todos que muito enriqueci a minha vida pessoal, profissional e acadêmica com a colaboração de todos. Obrigada!

LISTA DE SIGLAS

AGF's - Aquisições do Governo Federal
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC - Benefício de Prestação Continuada
BT - Banco da Terra
CAF - Consolidação da Agricultura Familiar
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CO - Contrato de Opção
EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEE - Fundação de Economia e Estatística
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCT - Programa Cédula da Terra
PBF - Programa Bolsa Família
PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos
PLE - Política de Liberação de Estoques

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SE - Seguro Agrícola

SMA - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

SRA - Secretaria de Reordenamento Agrário

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UPA - Unidade de Produção Agrícola

UTE - Unidade Técnica estadual

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Painel de Indicadores Gerenciais da Sec. de Reordenamento Agrário.	28
Tabela 2: Estrutura Fundiária de Alegria em Estabelecimentos Rurais e Hectares. .	37
Tabela 3: Dados Demográficos da População de Alegria de 1991 a 2010.	38
Tabela 4: Indicadores de Desenvolvimento do Município de Alegria/RS.	38
Tabela 5: Composição Familiar dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Alegria/RS.	36
Figura 2: Gráfico da Participação em Formas Organizativas.	42
Figura 3: Gráfico da Renda Bruta Anual dos Beneficiários do Programa.	44
Figura 4: Acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida.	46

RESUMO

Na última década o Governo Federal fez um esforço em implementar políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e acesso à terra. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma delas. Mesmo que seja uma redistribuição fundiária dita de “mercado”, onde os compradores negociam com os vendedores, teve muita repercussão e mais de 48.212 famílias no Brasil foram assentadas na modalidade Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foco deste trabalho. A principal indagação aqui levantada é sobre quais os fatores que contribuíram para que os beneficiários do PNCF aderissem ao programa e permanecessem no campo, quais as principais mudanças econômicas, sociais e políticas que aconteceram e impactaram a realidade desses beneficiários. O lócus da pesquisa é o município de Alegria, Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com uma amostra de beneficiários entrevistados de 17% dos que acessaram os créditos fundiários e permaneceram na terra que adquiriram. A análise do perfil dos beneficiários destaca que todos tem uma ligação com o rural, quer seja como agricultores, filhos ou trabalhadores rurais, fato que facilita a permanência no programa e na terra adquirida. Todos tem acesso à luz, água e moradia, além de bens de consumo necessários à manutenção e sobrevivência das famílias. A maioria apresenta a atividade leiteira como a principal forma de geração de renda e exploração da propriedade. E todos afirmam que querem permanecer na atividade agrícola, indica-se com isso que fizeram a escolha certa ao permanecer no meio rural. A partir disso os principais resultados alcançados dizem respeito aos fatores que contribuíram para a manutenção dos beneficiários no campo que são expressos pela realização de um sonho de ter uma área de terra própria, seguido pela possibilidade de ampliar a área de terra e de reproduzir socialmente seu modo de vida. Ao identificar as razões alegadas pelos agricultores familiares para aderir ao PNCF e sua situação atual é importante reafirmar que um dos grandes avanços foi a inclusão social e produtiva de muitos deles por intermédio dessa política de créditos fundiários para aquisição de terras. Convém acentuar que aquele beneficiário do programa que além da atividade agrícola normal têm alguma atividade não agrícola, apresenta uma condição de vida econômica e social razoavelmente melhor do que aquele que vive apenas da renda proveniente exclusivamente da atividade agrícola e vai com certeza permanecer no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Acesso à terra. Crédito fundiário.

ABSTRACT

In the last decade the federal government has made an effort to implement public policies to strengthen family agriculture and access to land. The National Land Credit (PNCF) is one of them. Even a land redistribution dictates of "market", where buyers negotiate with vendors, had much impact and over 48,212 families were settled in Brazil in the modality Consolidation of Family Farming (CAF), the focus of this work. The main question raised here is about what factors contributed to the beneficiaries of PNCF adhere to the program and remained in the field, which changes the main economic, social and political reality happened and impacted these beneficiaries. The locus of the research is the city of Joy, the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul, with a sample of beneficiaries 17% of respondents who accessed loans and land remained in the land they have acquired. The profile analysis highlights that all beneficiaries have a connection with the rural, whether as farmers, farm workers or children, a fact that makes it easy to stay in the program and on the acquired land. Everyone has access to electricity, water and housing, and consumer goods for the maintenance and survival of families. Most have dairy farming as the main form of income generation and exploitation of the property. And they all say they want to stay in agriculture, it is stated that it made the right choice to stay in rural areas. From this the main results concern the factors that contributed to the maintenance of the beneficiaries in the field that are expressed by the realization of a dream of having a land area itself, followed by the possibility of expanding the land area and playing your socially way of life. To grasp the reasons given by farmers to join PNCF and its current status is important to reiterate that one of the major breakthroughs was the social and productive inclusion of many of them through this land claims policy for land acquisition. It must be stressed that one beneficiary of the program beyond the normal agricultural activity have any non-agricultural activity, presents a condition of economic and social life fairly better than the one that lives only on income derived exclusively from farming and will surely stay on the field.

Keywords: Family farming. Access to land. Land credit.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos	17
3 METODOLOGIA.....	18
3.1 Método de Abordagem	18
3.2 Método de Procedimento e Área de Pesquisa	19
3.3 Análise e Interpretação dos Dados.....	20
4 REVISÃO DA LITERATURA	22
4.1 Agricultura Familiar.....	22
4.2 Políticas Públicas	24
4.3 Programa Nacional de Crédito Fundiário	27
4.4 Questões Agrárias.....	30
5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA.....	35
6 O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	40
6.1 Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário	40
6.2 Caracterização das Unidades de Produção Agrícolas	42
6.3 Composição da Renda dos Beneficiários.....	44
6.4 O Olhar dos Beneficiários acerca do Programa	45
6.5 Mudanças na Vida dos Beneficiários a partir do Crédito Fundiário	487
6.6 Fatores que Contribuíram para a Permanência no Campo	48
6.7 A Contribuição do Poder Público na Ótica dos Beneficiários	50
6.8 Possíveis Recomendações para Melhoria do Programa.....	52

6.9 Papel e Visão das Entidades junto aos Beneficiários.....	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES.....	63

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta sistematicamente os itens necessários à conclusão do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O tema escolhido refere-se à realidade vivenciada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), especificamente no município de Alegria, e compreende uma política pública de intervenção e promoção do acesso à terra, traduzida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A abordagem temática, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, deve-se ao fato da necessidade de aprofundamento do assunto para minha atividade profissional, pois trabalho no município de Alegria, além de possibilitar um prosseguimento do estudo em um programa de pós-graduação.

Na última década muitas foram as políticas públicas destinadas à agricultura e ao meio rural, entre as quais cita-se o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, especialmente, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que desde 2005 é implantado no município. Foram aproximadamente 141 propostas para beneficiar as famílias, conforme dados da Emater/RS – Ascar de Alegria. Trata-se de famílias que optaram em fazer o caminho inverso ao do êxodo rural e voltar ou permanecer e ampliar suas propriedades. Através do extinto Programa Banco da Terra (BT) foram beneficiadas 24 famílias e pelo PNCF, cerca de 114 famílias foram beneficiadas no município. Destes 114 beneficiários do PNCF, muitos já abandonaram e desistiram do sonho de terem um pedaço de terra. No entanto, cerca de 72 beneficiários do PNCF permanecem nas

propriedades que adquiriram e trabalham no projeto produtivo ao qual se propuseram.

Estes últimos são o motivo do presente estudo. Indaga-se quais fatores contribuíram para que esses beneficiários do PNCF aderissem ao programa e permanecessem no campo, e quais foram as principais mudanças econômicas, sociais e políticas que impactaram a realidade desses beneficiários.

O que aconteceu na história do Brasil não é diferente do que aconteceu na Região Noroeste do RS, primeiramente o modo de produção privilegiava os policultivos, com produção para a subsistência e a venda de excedentes. Com a modernização da agricultura, chamada Revolução Verde, o modo de produção mudou com a entrada de máquinas, quimificação, seleção de plantas e animais, monocultivos para exportação, o que excluiu muitos do processo e liberou mão de obra para as cidades e favoreceu a concentração de terras e das riquezas geradas.

No município de Alegria não foi diferente do que aconteceu na região. Houve um esvaziamento da população rural. Desde 1990 a população rural decresceu em todos os pequenos municípios do Brasil. As pessoas saíram em busca de melhores condições de emprego e renda, pois no meio rural não havia incentivo para permanecerem. Em função disso, logo que foi lançado o Programa Banco da Terra, que posteriormente foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, aumentou a procura pela aquisição de áreas de terra e o enquadramento de pessoas que queriam ter acesso a uma área de terra.

Neste sentido, o PNCF é importante porque contribui para distribuir melhor as terras e gerar empregos e renda para as populações rurais. É claro que, uma reforma agrária proveniente das lutas dos movimentos sociais, com desapropriação de terras improdutivas, seria o ideal. A iniciativa do governo em promover o acesso à terra através do repasse de crédito fundiário recebe muitas críticas, no entanto, propicia ao beneficiário adquirir o seu pedaço de terra e permanecer no local em que nasceu, cresceu e vive a sua família. Para Sauer,

[...] o uso do conceito ou denominação “tradicional” para definir a reforma agrária constitucional, em primeiro lugar, é um equívoco de leitura da história, pois o Brasil não contou com qualquer tipo genuíno de reforma agrária. Em segundo lugar, é um uso semântico que se contrapõe à “novidade” da proposta de mercado. Em outros termos, o modelo do BIRD é “moderno” – conseqüentemente, é um modelo eficiente, ágil, prático – e não “arcaico” e “ultrapassado”, como são implicitamente definidos os processos desapropriatórios “tradicionalistas”. (SAUER, 2010, p. 119).

Em virtude disso, o presente estudo justifica-se, pois há uma preocupação constante na sociedade por parte de governantes, estudiosos, proponentes de políticas públicas, universidades, sindicatos e entidades ligadas ao meio rural, referente à participação e inclusão da agricultura familiar em programas que possam viabilizar esse importante segmento da sociedade, contribuir para o seu fortalecimento e conseqüentemente o desenvolvimento rural. Aliado ao fato de que a realização deste estudo poderá contribuir para que mais pessoas possam optar em fazer o caminho de volta ao campo, uma vez que expõe as dificuldades dos beneficiários e sugere pistas de superação das mesmas.

O problema que é objeto deste estudo indaga quais os fatores que contribuem para que os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário permaneçam no campo no município de Alegria?

O trabalho se estrutura no sentido de analisar os dados e informações acerca do problema exposto ao longo de seis capítulos. Neste primeiro capítulo, constam as questões introdutórias e a justificativa. No segundo capítulo, se estabelecem os objetivos do presente estudo, seguido pelo terceiro capítulo que contempla a metodologia utilizada para a coleta de dados. O quarto capítulo busca revisar a literatura existente e a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento do estudo com relevância aos temas relativos à agricultura familiar, políticas públicas, o PNCF e as questões agrárias. Em seguida, o quinto capítulo compreende a caracterização do município escolhido para a realização do trabalho de campo. O sexto capítulo versa a análise do PNCF no município de Alegria com considerações sobre os fatores que contribuíram para a adesão ao programa e a permanência dos beneficiários no campo. E por fim, no sétimo capítulo apresentam-se as considerações finais e a contribuição para o atendimento dos objetivos a que se propôs o estudo.

2 OBJETIVOS

Neste capítulo está explícito o que se pretende alcançar com a execução do trabalho. É muito importante ter objetivos claros e bem definidos para que se consiga êxito no decorrer do trabalho. Cabe então destacar o objetivo geral do estudo e os objetivos específicos.

2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que contribuem para a manutenção dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário no campo no município de Alegria - RS.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as razões alegadas pelos agricultores familiares para aderir ao Programa Nacional de Crédito Fundiário e sua situação atual.
- Verificar a existência de estímulos no âmbito do poder público, tanto municipal, quanto estadual e federal, para a permanência dessas famílias no meio rural.
- Analisar os impactos do Programa Nacional de Crédito Fundiário na produção agrícola e nas fontes de renda da população rural beneficiada pelo programa.

3 METODOLOGIA

Ante a problemática que envolve o estudo dos fatores que contribuíram para que os beneficiários do PNCF aderissem a este programa e permanecessem no meio rural, cabe primeiramente definir o tipo de pesquisa realizado, quanto à abordagem, natureza, objetivos e aos procedimentos.

Outrossim, é importante identificar o método de abordagem, explicar os métodos de procedimento e a área de pesquisa e por fim esclarecer como se deu a análise e interpretação dos dados coletados.

3.1 Método de Abordagem

O método de pesquisa foi indutivo, pois parte do particular que é a realidade dos agricultores para alguns elementos de ordem mais geral. Este estudo foi desenvolvido numa perspectiva de pesquisa com abordagem quali-quantitativa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao caráter foi uma pesquisa exploratória, pois, de acordo com Gil (2007) envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas e análise de exemplos que estimulem a compreensão, justificando-se a escolha pela pesquisa de caráter exploratório, uma vez que,

vale lembrar que pesquisadores iniciantes, como é o caso dos estudantes de graduação e pós-graduação lato sensu, geralmente realizam pesquisas de caráter exploratório. (DOXSEY & DE RIZ, 2002-2003, p. 26-7 *apud* GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 67).

O estudo contemplou a realidade das famílias beneficiadas pelo PNCF e os fatores que fundamentaram suas escolhas, o motivo e as razões que lhes fizeram optar pelo meio rural ao invés do urbano.

3.2 Método de Procedimento e Área de Pesquisa

Quanto aos procedimentos foi uma pesquisa de levantamento de uma amostra, onde o campo de estudo foram os beneficiários do PNCF do município de Alegria/RS que permanecem no meio rural e que ainda exploram a área de terra que adquiriram. Este foi o procedimento inicial, com a escolha mediante uma análise documental (laudos técnicos da entidade que realiza as vistorias) previamente realizada com intuito de definir o número da amostra.

Definida a amostra de agricultores familiares beneficiários do PNCF de Alegria/RS pesquisados, sublinha-se que a amostra não abrangeu a totalidade dos beneficiários, apenas os 72 que permanecem na terra que adquiriram.

O próximo critério de procedimento definido foi o total da amostra. Foram entrevistados 17% do total dos beneficiados pelo programa a cada ano, ou seja, no ano de 2005 foram beneficiados 22, dos quais 16 permanecem na terra e destes foram entrevistados 2; no ano de 2006 foram beneficiados 35, permanecem 19 e destes foram entrevistados 3; no ano de 2007 foram beneficiados 23, permanecem 17, destes foram entrevistados 2; no ano de 2008 foram beneficiados 9, dos quais permanecem 5 e foi entrevistado 1; no ano de 2009 foram beneficiados 18, permanecem 8 e destes foram entrevistados 2; em 2010 foram beneficiados 3 e foi entrevistado 1; em 2011 foram beneficiados 5, permanecem 2 e destes 1 foi entrevistado. Totalizou-se 12 beneficiários entrevistados.

Também foi definida uma amostra intencional, direcionada às entidades municipais que auxiliam na elaboração das propostas de aquisição de terras pelo PNCF, como a Emater/RS – Ascar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente (SMA), com entrevistas a um responsável de cada entidade citada.

A coleta de dados primários foi constituída de formulário com questões mistas (fechadas e abertas) que foram formuladas e anotadas pelo entrevistador. Uma das vantagens do uso de formulários é a uniformidade dos símbolos utilizados,

pois é preenchido pelo próprio pesquisador. Foram elaborados dois tipos diferentes de formulários, um modelo para entrevistar os beneficiários do PNCF e outro modelo de formulário para entrevistar os responsáveis de cada entidade articuladora do programa. Os formulários seguem no apêndice A e B, respectivamente.

Foi utilizada máquina fotográfica digital para registros fotográficos das propriedades dos participantes.

Os dados secundários foram obtidos através de levantamento de referências em sites oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A organização e sistematização dos dados foram realizadas mediante a utilização de técnicas de análise de dados.

A área abrangida pela pesquisa foram as localidades interioranas do município de Alegria, Espírito Santo, Esquina Lewiski, Esquina Bérboli, Esquina Queimada, Inácio Montanha, Restinga Seca, Esquina Rolim, Água Santa, Lajeado Engenho e Rincão Mauá.

3.3 Análise e Interpretação dos Dados

Primeiramente, para a análise dos dados obtidos com a utilização de formulários com questões fechadas foi utilizada a tabulação através de planilhas de Excel e gráficos. Uma vez que cumprem a etapa quantitativa do estudo, quer dizer que são “instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias ou sentimentos”. (RICHARDSON, 1999, p.191).

Para a análise dos dados obtidos com a utilização de formulários com questões abertas e as entrevistas foi realizada a análise de conteúdo, uma vez que a pesquisa qualitativa pode ser interpretada por ela. Essa análise trabalha com o conteúdo, espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto.

A modalidade de análise de conteúdo aplicada foi a análise temática, uma vez que ela “trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser

graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo”. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 84).

Em relação aos aspectos éticos foi assegurado aos participantes da pesquisa de que não houve discriminação na seleção dos indivíduos nem exposição a riscos desnecessários, acentua-se que todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido.

Foram entrevistados 12 agricultores beneficiários do PNCF que no decorrer da análise dos dados, para preservar suas identidades, foram identificados pelas siglas: Beneficiário nº 1 (B1) e assim sucessivamente, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11 e B12. Os três representantes de entidades foram identificados pelo nome correspondente da sua entidade.

A análise propriamente dita teve a transcrição das entrevistas, com destaque para as partes mais significativas e que estavam relacionadas a proposta dos objetivos do trabalho. Finalmente após a análise dos dados foram feitas as conclusões com destaque aos resultados mais relevantes e as considerações finais da monografia.

4 REVISÃO DA LITERATURA

Ao elaborar-se um trabalho de conclusão de curso sobre os fatores que contribuem para que os agricultores familiares do município de Alegria adiram ao Programa Nacional de Crédito Fundiário e permaneçam no campo, é necessário estabelecer uma fundamentação teórica que visa ao entendimento de conceitos referentes à agricultura familiar, políticas públicas, PNCF e questões agrárias. Esta composição de conceitos se relaciona entre si e está em consonância com a linha de pesquisa proposta.

4.1 Agricultura Familiar

Muitos autores abordam o surgimento do termo agricultura familiar. É um conceito que atualmente utiliza-se com mais frequência pelos órgãos governamentais, movimentos sociais, universidades e outros.

Ele emerge no contexto brasileiro a partir da década de 1990 e ganha legitimidade social, política e econômica. Destacam-se dois eventos importantes para a afirmação do conceito de agricultura familiar, um refere-se às muitas manifestações políticas realizadas pelos movimentos sociais e sindicatos na década de 1990 e outro destaca a criação do PRONAF em 1996. Assim,

[...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

É decisivo para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O estudo define agricultura familiar:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Esta é a agricultura familiar originada das lutas de base organizadas pelos movimentos sociais do campo a partir de meados da década de 1990. Para Conterato (2009), na agricultura familiar, o trabalho e a gestão da propriedade estão intimamente relacionados. A direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários, é dada ênfase na diversificação e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, eventualmente ocorre trabalho assalariado como complemento em determinados períodos, as decisões tomadas são imediatas devido ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Do total de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, o percentual de 84,4% é da agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuário 2006. Grande parte da cesta básica vem da agricultura familiar, sendo responsável pela garantia da segurança alimentar do país. Os parâmetros que definem o conceito de agricultura familiar estão na Lei nº 11.326. (IBGE, Censo Agro 2006).

Em função de escolhas estratégicas de crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970 voltadas a um crescimento econômico acelerado favoreceu-se o surgimento da Revolução Verde, direcionada ao setor patronal da produção primária, e, como consequência aumentou significativamente a produção agrícola e pecuária nacional, além de uma série de ações voltadas aos estabelecimentos rurais patronais. De acordo com Altafin,

é nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde em diferentes setores da sociedade. Ele é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização, o tipo de mão de obra e de gestão empregadas. (ALTAFIN, 2007, p.13).

Assim a agricultura familiar destaca-se como modelo social, econômico e produtivo, se firma como categoria política e diante de suas lutas no movimento sindical por acesso ao crédito, melhoria de preços, previdência social rural produz impactos importantes no cenário nacional. Acentua-se a expansão do papel do Estado e a crescente influência de sua ação na agricultura, através de políticas públicas como o PRONAF, a criação do MDA, a Reforma Agrária, regularização fundiária e apoio a comunidades tradicionalmente excluídas, detalhadas em seguida.

4.2 Políticas Públicas

As implicações sobre o modelo de desenvolvimento escolhido para o rural brasileiro que privilegiou o progresso técnico e a modernização têm seus efeitos na agricultura sentidos na atualidade. Na medida em que houve a modernização na agricultura brasileira privilegiou-se somente a dimensão econômica, ficaram os demais aspectos, sociais e ambientais, fora da pauta de discussão. Igualmente a adoção das tecnologias pelos agricultores se deu de forma desigual. Muitos não acompanharam o processo e foram excluídos. Na verdade a agricultura assumiu um papel secundário após a década de 1960, o foco principal foi a industrialização do país.

A partir da modernização foram inúmeras as transformações socioeconômicas ocorridas no campo, em especial, a passagem do complexo rural aos complexos agroindustriais, de acordo com Graziano da Silva (1990), e com isso a alta dependência da agricultura em relação à indústria, conforme Kageyama (1990). Conforme Delgado (1985), algumas transformações importantes como o aumento no volume de alimentos produzidos, mobilização de mão de obra para a indústria, desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias foram avanços viabilizados pelo Estado no processo de modernização.

Das transformações ambientais ocorridas após a modernização destaca-se a expansão das fronteiras agrícolas com a eliminação de biomas singulares, o uso em larga escala de insumos químicos em monoculturas, perda da biodiversidade, sementes tradicionais trocadas por variedades geneticamente modificadas, compactação do solo pelo uso de máquinas pesadas, recursos hídricos comprometidos.

Conforme Mielitz e Melo (2010), a modernização foi calcada pelo capitalismo e foram dolorosos os seus efeitos, entre eles cita-se a marginalização de agricultores que não acompanharam o processo, proletarização de muitos outros que mantinham relações de produção ligadas ao usufruto da terra, apropriação dos processos produtivos da agricultura pela indústria, saída do campo, inchaço das cidades e avanço nas fronteiras causando impactos no ambiente e por fim comprometeu-se a biodiversidade nacional.

Nesta circunstância emerge a noção de políticas públicas agrárias e agrícolas. Sobressai o papel do Estado que é de proporcionar o desenvolvimento, equilibrar os conflitos de interesses dos diversos grupos que compõem a sociedade com o uso de instrumentos, denominados políticas públicas, que nem sempre são apreciadas por todos, de forma unânime. Para a agricultura, desde a década de 1960, o Estado implantou políticas públicas no sentido de modernizar, com opção sempre pelo setor agrícola (produção) e direcionado à dimensão econômica do crescimento. Assim, define funções exclusivas ao rural como abastecer o urbano, gerar divisas e absorver a mão de obra excedente. A questão agrária, que envolve as demais dimensões do desenvolvimento, como a questão social e ambiental, ficou fora da pauta das políticas.

Para Massuquetti, Souza e Beroldt (2010), numa análise de 1964 até 1994, o Estado modernizou a agricultura ao incentivar o crédito rural, os preços mínimos, a pesquisa e extensão, mudou a estrutura de produção agrícola, porém não mudou e nem mexeu na estrutura fundiária.

De acordo com Mielitz e Melo (2010), desde o período do Brasil colônia até os dias atuais, percebe-se o aperfeiçoamento dos inúmeros instrumentos que o Estado tem buscado para desenvolver o setor agrícola, influenciado pelas conjunturas e demandas dos atores econômicos. E que, em função da complexidade do rural brasileiro, conta atualmente com um Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para as questões agrárias e um Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que trata das questões agrícolas. Isto posto, percebe-se o quanto é complicado definir políticas para o desenvolvimento rural no Brasil.

Ao tratar-se de instrumentos de políticas públicas percebidos nos municípios, evidencia-se o PRONAF para o fortalecimento da agricultura familiar, democratiza-se com ele o acesso ao crédito pelos pequenos agricultores. Nesta linha existe atualmente o Programa 'Mais Alimentos' direcionado aos agricultores

familiares. Esses programas compõem o Crédito Rural que é uma das políticas agrícolas mais antigas do Brasil, que pode com boa gestão e cuidado ambiental promover o desenvolvimento e a qualidade de vida no meio rural.

O Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que é a antecipação de um preço “mínimo” fixado pelo Governo Federal, no caso de uma safra abundante ou de queda de preços no mercado, aliado as aquisições do Governo Federal (AGF's) e os Contratos de Opção (CO) que permitem a formação de estoques e são liberados por preços preestabelecidos, que funcionam como garantia dos preços agrícolas nos mercados. Há também a Política de Liberação de Estoques (PLE) que traz benefícios ao consumidor e agroindústria, até quando existe controle sobre os preços do produto final a eles ofertados. Compõe ainda este rol, o Seguro Agrícola (SE) que representa uma política governamental que tem a finalidade de proteger o agricultor contra perdas físicas da produção. Um instrumento de modernização da atividade agrícola que permite a segurança de investimentos de alocação de tecnologias em créditos de fontes públicas ou de fornecedores.

E mais ainda cita-se uma ação do MDA, onde são trabalhadas ações nos Territórios Rurais, com projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os projetos específicos para os assentamentos da reforma agrária.

Então, os autores supracitados contribuem muito para o conhecimento das políticas públicas e seus instrumentos, resgatam ao longo da recente história brasileira, como se deu o debate acerca do tema, suas implicações na atualidade, expondo claramente a ideia e a coerência em relação aos momentos políticos e econômicos de cada período vivenciado.

Em análise ao conteúdo expresso acima dos autores supracitados, pode-se considerar que o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil sempre teve estreita ligação com as relações de poder exercidas pelos setores patronais da agricultura, sempre foi uma luta de poder entre os mais fortes e os mais fracos. Em função disso é que os desafios são grandes para a implantação de modelos alternativos e mais sustentáveis de agricultura. Modelos estes que considerem a questão da permanência do homem no campo, do cultivo de alimentos limpos, livres de contaminantes, de um agricultor autônomo, com poder de decisão sobre suas ações, e mais, de uma agricultura em consonância com o meio ambiente.

Apesar de todos os esforços realizados principalmente na última década, pelo Estado brasileiro, todos estes instrumentos disponibilizados à agricultura brasileira pressupõem a existência de mecanismos e critérios para o enquadramento dos beneficiários. Esses critérios são necessários, porém excluem muitos do processo. Então precisam ser aperfeiçoados, para que realmente as políticas públicas atendam aos que realmente precisam delas, de forma mais equânime.

Em seguida, com o objetivo de explicitar o processo de intervenção do Estado através de políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e ao mesmo tempo sensibilizar para este importante setor da agricultura brasileira, é dado enfoque para o tema da participação da agricultura familiar no PNCF.

4.3 Programa Nacional de Crédito Fundiário

Antes de discorrer acerca do PNCF torna-se fundamental inserir o Programa Cédula da Terra (PCT) e posteriormente o Banco da Terra (BT) que foram seus antecessores.

Conforme Sacco dos Anjos (2007), o Programa Cédula da Terra foi criado em 1996 e implantado de forma preliminar em 1997 nos Estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais. Era fruto do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e baseava-se na agenda do Banco Mundial que instituiu um novo padrão de reforma agrária, a de mercado. O autor destaca que:

Tanto o Cédula da Terra quanto o Banco da Terra, objeto do presente estudo, consistem em dar vazão a uma dinâmica pautada, não no processo de desapropriação por interesse social, como define o artigo 186 da constituição federal, mas em uma sistemática centrada na compra direta de terras através de operações realizadas entre, de um lado, proprietários de imóveis rurais e, de outro, pequenos produtores minifundistas (arrendatários, parceiros, meeiros) e agricultores sem-terra interessados em adquiri-las. A atuação governamental recai não só na disponibilização de recursos financeiros, mas em disciplinar as regras de funcionamento do referido programa. (SACCO DOS ANJOS, 2007, p. 4).

Embora haja muitas críticas aos programas, do ponto de vista governamental eles serviram aos seus propósitos. O Cédula da Terra, entre os anos 2000 e 2003, e o Banco da Terra, entre 1999 e 2004, aportaram investimentos de R\$ 771.882.009 milhões para o assentamento de 42.337 mil famílias numa área de

1.460.572 hectares em todo Brasil com a utilização de recursos do Fundo de Terras (MDA/PNCF, 2005).

Ao término do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e início do governo de Luís Inácio Lula da Silva especulou-se que o Banco da Terra acabaria, no entanto ele teve sequencia numa nova versão, um pouco melhorada, o PNCF.

Na tabela 1 pode-se observar os indicadores gerais em âmbito nacional e municipal de todas as operações realizadas pelos programas BT em 2003 e do PNCF de 2004 a 2012 na modalidade Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). São demonstradas a cada ano, as operações contratadas, o número de famílias beneficiadas, a área adquirida e o valor pago pelas operações.

Tabela 1: Painel de Indicadores Gerenciais da Sec. de Reordenamento Agrário.

CAF				
Ano	Operações	Famílias	Área	Valor SAT + SIB
2003*	2734	4.597	69.255	139.548.675
2004	97	97	1.452	3.106.315
2005	1.900	2.139	23.643	79.707.631
2006	6.878	7.609	77.210	281.000.000
2007	8.190	10.677	123.592	399.000.000
2008	6.530	8.012	104.535	293.000.000
2009	5.276	5.889	89.194	216.000.000
2010	4.037	4.277	59.470	160.000.000
2011	2.845	2.887	38.338	123.000.000
2012	2.028	2.028	75.179	112.000.000
TOTAL	40.515	48.212	661.868	1.806.362.621

* Valores de 2003 são referentes às contratações do Banco da Terra.

Fonte: Secretaria de Reordenamento Agrário (2012).

Este painel de indicadores demonstra que as operações do PNCF cresceram a cada ano, tiveram seu auge no ano de 2007 e logo após decresceram. Sugere-se que por algum motivo o fluxo dos negócios tenha diminuído.

O MDA, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), desenvolve o PNCF que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento tanto pode ser individual quanto coletivo.

A Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), segundo o Decreto nº 7.255, de 04 de agosto de 2010 tem como responsabilidades institucionais:

Formular, propor e implementar políticas públicas nacionais e diretrizes de reordenamento agrário, em particular mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário, de desenvolvimento e integração de assentamentos rurais e de regularização fundiária. (MDA, 2010, p. 8).

De acordo com este Decreto (MDA, 2010), trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores, jovens estudantes de escolas técnicas que possuem renda familiar anual de até R\$15.000,00 e patrimônio que não ultrapasse R\$30.000,00 podem participar do PNCF, desde que comprovem experiência na atividade rural de cinco anos nos últimos quinze anos. Com este perfil podem procurar uma terra cujo dono quer vender o imóvel, desde que tenha o título legítimo e legal da propriedade da terra e demais documentos comprobatórios de que o imóvel não apresenta irregularidades e está em dia com o pagamento dos impostos.

Atualmente o valor máximo do empréstimo é de R\$ 80.000,00 com juros de até 2% ao ano, sendo: 0,5% para a linha Combate a Pobreza Rural, para agricultores inscritos no Cadastro Único (CAD-Único), realizado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social; 1,0% para linha Nossa Primeira Terra, voltada para jovens rurais entre 18 e 29 anos; 2,0%, para os demais beneficiários. O pagamento é efetuado em até 20 anos, incluídos três anos de carência. Os pagamentos em dia e a terra negociada abaixo do preço recebem descontos de até 50%. O programa

disponibiliza ainda um recurso de R\$ 7.500,00, exclusivo para a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por cinco anos, com parcelas anuais de até R\$ 1.500,00 por beneficiário, de acordo com as normas do MDA, 2010.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural existente em cada município dá seu parecer sobre a proposta de venda da terra e sobre o enquadramento do beneficiário no programa. Em seguida, a proposta é feita na Unidade local, que pode ser na Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS – ASCAR) ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que enviam a proposta para análise da Unidade Técnica Estadual (UTE), que é a unidade organizada por um órgão estadual conveniado com o MDA, participante do PNCF e responsável pela coordenação, supervisão e implementação do Programa no estado. A UTE avalia a proposta, analisa documentos, dá o parecer final sobre a proposta e remete ao banco. (MDA, 2005). O passo final é o banco verificar a documentação da terra e das famílias. Após as análises, acontece a assinatura do contrato com o banco e o respectivo registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis. A próxima etapa é o pagamento do banco para o vendedor da terra, dos gastos com cartório e prefeitura. Já o dinheiro para os investimentos vai para uma conta bloqueada dos beneficiários, os quais precisam fazer um projeto denominado PRONAF A para acessar o recurso.

4.4 Questões Agrárias

Mielitz e Melo (2010) apresentam um recorte histórico do desenvolvimento rural e das questões agrárias até a década de 1960 e após a redemocratização até os dias atuais. Segundo Mielitz, Melo e Maia (2010) cabe aqui diferenciar a questão agrária da questão agrícola, a primeira possui uma dimensão mais ampla, pois explicita a organização e uso do espaço rural, os impactos que a atividade rural causa no ambiente, as dinâmicas das populações no meio rural, as trocas de mão de obra e serviço, fluxos e cadeias de mercado, ela abarca as dimensões agrícolas, fundiária, ambientais e outras, já a questão agrícola é mais pontual, referencia apenas a produção, produtividade e os processos técnicos. Estudo de Mielitz e Melo (2010) evidenciam posições de diversos autores que abordam a questão agrária em diferentes épocas e circunstâncias.

Paim (1957), em sua obra “Industrialização e Economia Natural” diz que em função de exigências inglesas houve muitos entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil. Um deles está relacionado ao fato de não haver um mercado interno para consumir os produtos, além de outros como as atividades produtivas limitadas ao setor primário e a baixa produtividade, a não geração de renda e a pouca capacidade de importar produtos. Ele destaca ainda que a venda de produtos agrícolas para o exterior, como exemplo, a cana-de-açúcar, cacau, carne/charque, café, borracha, etc, sem transformação alguma, promovia um cenário de atraso ao desenvolvimento do rural e da economia nacional.

Ignácio Rangel (2004) salienta o período que abrange o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, e comenta a respeito da capacidade de o setor agrícola liberar em maior ou menor grau a mão de obra para outros setores da economia e sua própria capacidade de absorver a mão de obra liberada pelos demais setores.

Segundo Passos Guimarães (1968) o principal entrave ao desenvolvimento da agricultura e da nação é a herança dos grandes feudos que perpetuam o atraso. Tal como Paim, expõe que a não existência de um mercado interno consumidor desfavorecia o desenvolvimento. Ele ainda propõe uma reforma agrária ampla e radical para acabar com o grande latifúndio. Por fim, diz que o produtor rural é marginalizado tanto no aspecto do monopólio do capital quanto no domínio territorial do latifúndio.

Já Prado Júnior (1987) analisa a questão agrária antes e depois do Golpe Militar de 1964. Antes de 1964 ele relaciona o fenômeno da estrutura fundiária com a alta concentração de terra e a miserabilidade das populações rurais. Depois de 1964 ele analisa a questão das relações de trabalho com a tendência a transformação em uma economia de assalariados agrícolas. Considera a necessidade de o Estado prover legislações sobre as relações trabalhistas e os trabalhadores buscarem a organização para melhorar as condições sociais.

Mielitz e Melo (2010) concluem que o debate político acerca do tema agrário aquece na década de 1960 e a interrogação principal gira em torno da questão da agricultura poder contribuir ou atrapalhar a industrialização do país e ainda sugerem que pelo rumo histórico que tomou a industrialização no país se optou por priorizar as questões agrícolas em contraponto às questões agrárias mais amplas.

Sobre o desenvolvimento rural e a questão agrária após a redemocratização e atualmente, Mielitz e Melo (2010) reportam-se a autores como Graziano da Silva (1998), o qual pontua que a modernização da agricultura resolveu os problemas agrícolas e agravou as questões sociais, aumentou o êxodo rural e inchou as cidades, as quais não conseguiram absorver a mão de obra, diz ainda que a reforma agrária é necessária para gerar ocupação, emprego e renda e diminuir a pressão de população nas cidades.

O conceito trazido pelos autores supracitados leva em consideração que Veiga (2002) busca exemplos na história de outros países para afirmar que a reforma agrária é importante, pois aumenta a escala de produção e desconcentra a riqueza representada pela terra. Veiga afirma ainda, que o fomento a agricultura familiar através de políticas públicas oportuniza a modernização e torna essa agricultura viável economicamente, deixa-se de favorecer somente o setor patronal da agricultura.

Em contraponto às opiniões acima, Mielitz e Melo (2010) evidenciam as ideias do autor Graziano Neto (2002), para o qual, a reforma agrária não resolveria o problema fundiário do país. De seus inúmeros argumentos, destaca, a não existência de terras ociosas, a não existência de tantos trabalhadores que querem terra e por fim, afirma que a reforma agrária não resolveria o problema da miséria no campo.

Ainda os autores supracitados trazem à luz dos demais, a opinião de Stédile (2002) que entende que uma reforma agrária nos moldes capitalistas não irá resolver a questão agrária brasileira, somente reproduzirá as relações sociais do modo de produção atual. Em relação à contribuição dele entende-se que os problemas agrários foram resolvidos no Brasil apenas do ponto de vista dos capitalistas em relação ao modo de produção (acumulação, concentração e centralização do capital) não do ponto de vista do social com a promoção da descentralização da propriedade e organização coletiva dos meios de produção.

Diante de tantos autores e opiniões muitas vezes divergentes, pode-se constatar que o país tem capacidade de produzir em escala, de exportar produtos através de *commodities*, contudo não consegue fazer com que a renda gerada seja distribuída igualmente, o que impede o fortalecimento do mercado interno. Neste sentido, segundo Mielitz e Melo (2010), o modelo de desenvolvimento adotado para

o campo no Brasil não resolveu problemas nas áreas dos direitos fundamentais como à alimentação, moradia, educação, saúde, tanto do campo quanto da cidade.

Para Delgado (2009) é importante reconstruir o debate acerca da questão agrária contemporaneamente, com esse objetivo procura contribuir para o entendimento do tema diante dos fatos históricos desde os anos de 1950 até 2003. Parte-se do recorte de 1950 a 1964 em que ele expõe o pensamento das principais intelectualidades, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Igreja Católica, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de economistas conservadores.

Para o PCB, segundo seus principais protagonistas, o cerne da questão agrária encontra-se nas relações sociais, fundiárias e de trabalho no meio rural, o latifúndio como uma espécie de feudalismo agrário e a superpopulação rural. A CEPAL atribui ao setor agrícola uma tendência a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises de abastecimento de alimentos. O pensamento católico expõe graves injustiças e exclusão social na questão agrária brasileira. A visão dos economistas conservadores propõe uma modernização agrícola e negam a existência de uma questão agrária. Este pensamento conservador domina o debate sobre a questão agrária a partir do golpe militar de 1964, impõe seu pensamento como único possível e propõe uma modernização técnica na agricultura sem reforma.

De 1965 a 1982, durante o regime militar, Delgado (2009) comenta sobre a “idade de ouro” pela qual passou a agricultura, calcada nos fundamentos capitalistas, integrada com a economia industrial e urbana e com o setor externo, com forte apoio financeiro do Estado, com isso os movimentos pela reforma agrária são derrotados e há estímulos para a adoção dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”.

De 1983 a 2003, Delgado (2009) destaca a abertura política com o fim da ditadura militar, em que os movimentos sociais e entidades de cunho agrário promoveram o retorno ao debate sobre as questões agrárias. Outro marco importante desse período é a Constituição de 1988, que legitima a propriedade fundiária pela sua função social. Ainda neste período é dada ênfase ao chamado “agronegócio” em detrimento a agricultura familiar, o que faz crescer a disparidade entre ambos. Enfim o autor propõe uma ação concertada – Estado e sociedade – para acabar com o desemprego, ociosidade das terras e insegurança alimentar. “É

um desafio que precisa ser compreendido e respondido adequadamente”, diz Delgado (2009, p. 84).

5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA

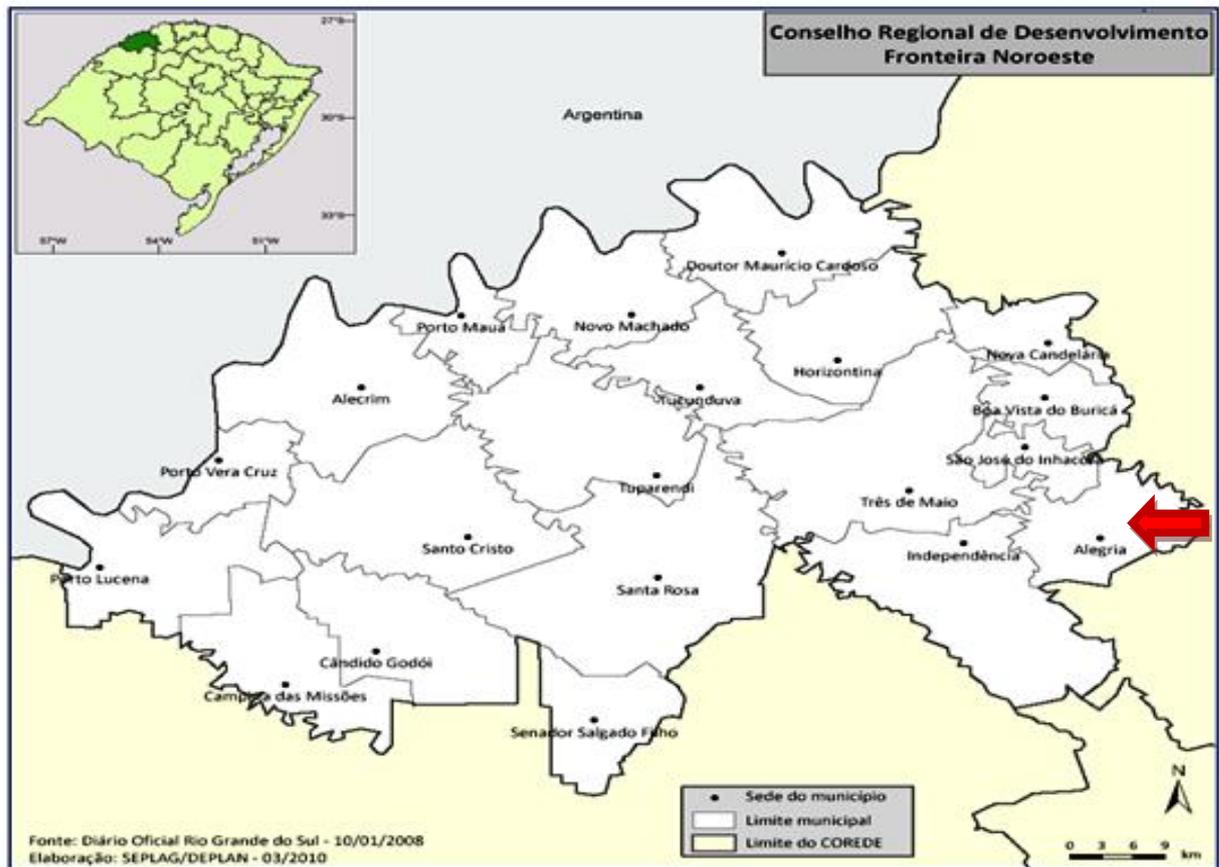
Primeiramente é importante caracterizar a Região Noroeste do Estado do RS, que no final do século XIX começou a receber colonos europeus provenientes das colônias velhas. Eram alemães, italianos, poloneses e outros, que receberam pequenos lotes de terra pelos quais deviam pagar. Esses migrantes introduziram o policultivo e novos hábitos culturais, sociais e econômicos, com venda dos excedentes, de modo bastante rudimentar, segundo Deves, Rambo e Miguel (2008).

Com a Revolução Verde, na década de 1960, esta região sofreu profundas transformações em sua matriz produtiva. Uma região que era centrada na diversidade da produção, utilizava tecnologias de baixo impacto ambiental e social passou a trabalhar com monoculturas, que exigiam a utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas, redução da mão de obra, ocasionando êxodo rural, exclusão social, fome e miserabilidade no meio rural. Foi um modelo excludente, principalmente para as pequenas propriedades que não conseguiram acompanhar as tecnologias impostas por este modelo adotado, segundo os autores supracitados.

No tocante a caracterização do local de estudo, o município de Alegria faz parte da Microrregião de Santa Rosa, pertence à Mesorregião Noroeste Riograndense. Tem uma área de 172,70 km² (2,13km² área urbana – 1,74km² da sede municipal e 0,39km² do distrito de Espírito Santo e área rural de 170,57 km²). A densidade demográfica é de 25 hab./km² (IBGE, 2010). Emancipou-se de Três de Maio em 1987, conforme a lei de criação n° 8505/87.

Ao norte faz divisa com Três de Maio e São José do Inhacorá, ao sul com Inhacorá, ao leste com São Valério do Sul e São Martinho e a oeste com Independência. A figura 1 mostra a localização deste município.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Alegria/RS.



Fonte: SEPLAG (2010).

Conta atualmente, conforme dados do Censo do IBGE de 2010, com uma população de 4.301 habitantes, A população urbana é de 1.585 habitantes, ou seja, 36,85% e a população rural é de 2.716 habitantes, um percentual de 63,15%. Em 1991 a população urbana era de 1.355 habitantes (21,69%) e a rural era de 4.892 (78,31%). Percebe-se que ao longo de mais de duas décadas a população como um todo diminuiu, no entanto a população urbana evoluiu em termos percentuais em relação à rural.

A população rural é de aproximadamente 85% de agricultores familiares, com propriedades compostas em sua maior parte por minifúndios rurais. É representado por um número significativo de estabelecimentos, sendo 1.073 ou 85,57% do total dos estabelecimentos rurais existentes com até 20 ha (um módulo fiscal). Esses estabelecimentos têm 7.996 ha de área, como se apresenta na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Estrutura Fundiária de Alegria em Estabelecimentos Rurais e Hectares.

Área em módulos	Número de Estabelecimentos Rurais	Quantidade em hectares
Até 5 ha	327	859
5 a 10 ha	327	2.469
10 a 20 ha	419	4.668
20 a 50 ha	149	4.163
50 a 100 ha	20	1.227
100 a 200 ha	12	1.281

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Gerência de Planejamento Emater/RS – Ascar.

A Região Noroeste do RS, na qual Alegria está inserida, depara-se com dados de uma agricultura familiar empobrecida, onde o “modelo adotado” na Revolução Verde excluiu muita gente e os que permaneceram se encontram numa situação de renda média mínima, baixo nível de vida, descapitalização e endividamento, acrescido a uma maior proporção de população rural ocupada na agricultura, além de grande número de pessoas dependentes da aposentadoria como renda principal, de acordo com Kageyama (2005).

Ainda nesta região, segundo Kageyama (2005), se concentra a produção familiar de soja e trigo, corresponde a todo o noroeste do estado, engloba 44% da população rural. Neste grupo está a máxima proporção de população rural ocupada na agricultura, máxima proporção de pobres e renda média mínima. Concentra 90% da produção de soja e de trigo, 60% da suinocultura do Rio Grande do Sul.

Sabe-se que o grande contingente de população rural que evadiu do campo foi na década de 1970, devido principalmente a Revolução Verde. Após este período continua o êxodo em menor expressão, haja vista a saída de um grande número de famílias do município em busca de trabalho e renda em cidades maiores, foram quase duas mil pessoas nas últimas duas décadas. Para Wong & Carvalho (2006), em anos recentes, o deslocamento ocorreu como resultado de mudanças substanciais em tecnologias aplicadas nas atividades agrícolas, fortemente poupadoras em mão de obra, resultou em envelhecimento e masculinização do campo brasileiro (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999) e esvaziamento do mundo rural com migrações para o meio urbano de cidades médias e grandes (WONG &

CARVALHO, 2006 *apud* CONTERATO, FILIPI, 2009, p. 50). Os dados da tabela 3 ilustram como a população do município decresceu desde a sua emancipação em 1987.

Tabela 3: Dados Demográficos da População de Alegria de 1991 a 2010.

População do município		Urbana	%	Rural	%	Total
Nº habitantes	1991	1355	21,69	4892	78,31	6247
Nº habitantes	2000	1607	29,94	3760	70,06	5367
Nº habitantes	2010	1585	36,85	2716	63,15	4301

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Gerência de Planejamento Emater/RS – Ascar.

Apontam-se alguns indicadores que podem auxiliar na caracterização do município, seguindo uma tendência observada no Brasil. Esses indicadores demonstram que quanto mais próximo do índice 1, mais desenvolvido é o município. São elencados indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) como saneamento, renda, saúde. Em relação ao IDH, Alegria apresenta 0,75, índice considerado de médio desenvolvimento humano, como consta na tabela 4. Já em relação ao IDESE considera-se baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores que 0,800), segundo a FEE (2013). O índice de Alegria é 0,68, considerado médio principalmente em função da questão saneamento que baixa o índice.

Tabela 4: Indicadores de Desenvolvimento do Município de Alegria/RS.

Indicadores	Índice
IDH	0,75
IDESE saneamento	0,29
IDESE renda	0,67
IDESE saúde	0,85
IDESE Total	0,68

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Gerência de Planejamento Emater/RS – Ascar.

Esses indicadores refletem a situação do município de Alegria, demonstram que a renda da população ainda é muito baixa, aliado a outro indicador

importante representado pelas principais atividades econômicas do município. Alegria é um município essencialmente agrícola, representado pela agropecuária a sua maior contribuição em termos econômicos para o desenvolvimento do município, cerca de 63% do retorno do ICMS. Em sequência está a contribuição dos serviços, com 20%, comércio com 15% e em seguida a indústria com 2%. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2010). Sugere-se que falta agregar valor as atividades primárias, o que poderia ao longo dos anos melhorar os índices de renda da população.

A caracterização do município de Alegria demonstrada pelos dados acima pressupõe que é um município que precisa de um grande esforço para melhorar índices de desenvolvimento. Em virtude disso, a partir do ano de 2004, foram beneficiadas 24 famílias pelo antigo programa Banco da Terra. Desde 2005 até os dias atuais, foram beneficiadas 114 famílias pelo PNCF. Salienta-se que políticas públicas, caso do PNCF, que tem o viés de promover o acesso à terra e à permanência das pessoas no meio rural são de suma importância.

6 O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM ALEGRIA

A partir da coleta dos dados junto aos agricultores familiares beneficiários do PNCF, os dados foram interpretados e sistematizados e as principais análises e considerações encontram-se ao longo das seções abaixo.

6.1 Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário

Para a caracterização do perfil dos beneficiários entrevistados foram especificados dados acerca do gênero, idade, escolaridade, composição familiar, profissão exercida antes da aquisição da terra e participação em formas organizativas.

Dos doze beneficiários entrevistados, todos titulares da terra, onze são homens e uma é mulher. Torna-se evidente que ainda é bem acentuada a questão de gênero na aquisição da terra e no título de propriedade da mesma. Em razão disso é importante salientar que não houve impedimento para que as mulheres acessassem o programa, tanto por parte do programa quanto por parte das entidades que estão envolvidas na execução do mesmo.

Outro aspecto analisado é a faixa etária dos beneficiários. Consideram-se jovens, aqueles com idade até 24 anos; adultos de 25 até 59 anos e idosos acima de 60 anos. Como perfil etário tem-se a maioria dos beneficiários na faixa etária de 25 a 59 anos, ou seja, são adultos e apenas um deles é jovem.

Em relação à escolaridade, o perfil dos beneficiários concentra-se numa maioria (oito) que tem o ensino fundamental incompleto, cursado até a terceira série, um com o ensino fundamental completo e três deles têm o ensino médio completo. Embora não haja analfabetos, constata-se o baixo nível de escolaridade.

A composição familiar dos beneficiários contemplada na amostra é de maioria casada e apenas um solteiro. Dos casados, a composição familiar varia de um até quatro filhos. A maioria dos filhos são crianças e jovens que residem junto aos pais, conforme a tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Composição Familiar dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

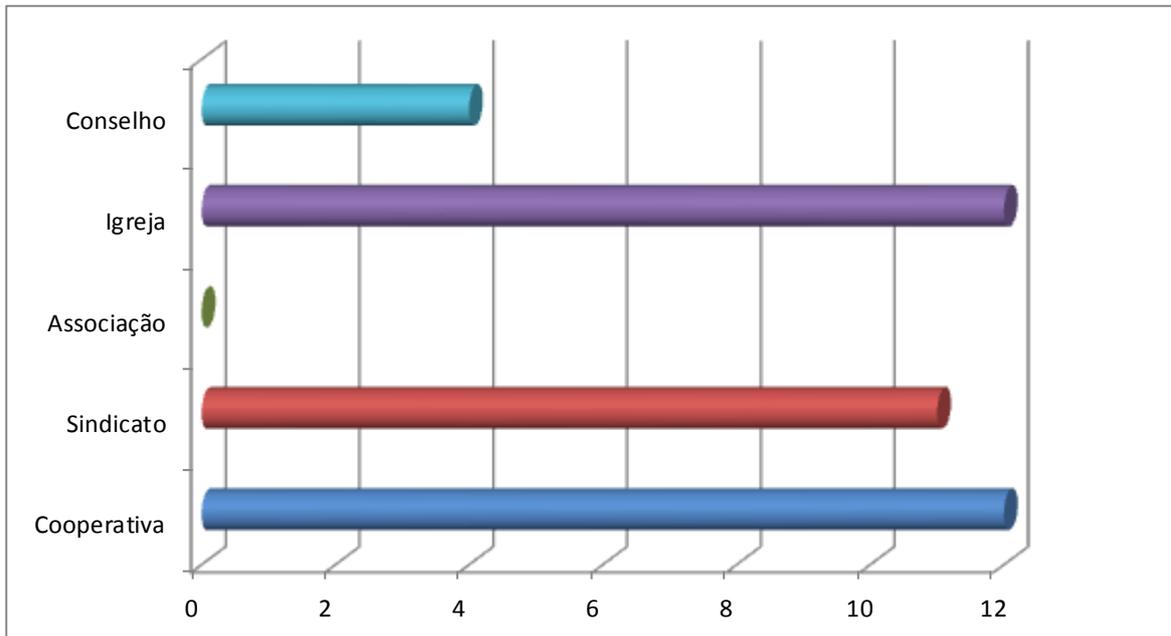
Beneficiários do PNCF	Casado	Solteiro	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos
B1	X		X			
B2	X		X			
B3	X					X
B4	X		X			
B5	X			X		
B6	X			X		
B7	X					X
B8	X					
B9	X					X
B10	X					
B11	X			X		
B12		X				

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2013.

Em relação à experiência de trabalho anterior, ou seja, a atividade que exerciam antes de aderir ao PNCF, o perfil dos beneficiários é de 100% deles provenientes do meio rural, quer sejam agricultores, filhos de agricultores e/ou trabalhadores rurais.

Como componente importante para a análise do perfil evidencia-se a participação em formas organizativas, como, cooperativas, sindicatos, associações, igrejas e conselhos. Esses dados conferem à pesquisa o grau de envolvimento e organização das famílias que compõem o grupo de beneficiários do PNCF entrevistados pela pesquisa de campo. Diga-se que nenhum deles participa de associações, todos participam de cooperativa e igreja, a maioria em sindicato e quatro participam de conselhos municipais como mostra a figura 2.

Figura 2: Gráfico da Participação em Formas Organizativas.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2013.

Nota-se que, geralmente, as pessoas que pertencem a uma organização com a qual tenham vínculo mais efetivo, ou seja, que participam ativamente são mais abertas às mudanças e exercem afirmativamente a sua cidadania. Afirma-se, assim, a importância do associativismo, do cooperativismo e do sindicalismo. Convém dizer que para esses beneficiários do PNCF terem êxito, precisam interagir entre eles e uma associação seria de fundamental importância para melhorar o desempenho de suas propriedades e condições de trabalho e renda.

Conforme o perfil apresentado pode-se dizer que todos os beneficiários do PNCF que foram entrevistados têm experiência agrícola e de certo modo tem uma relação muito estreita com a atividade rural. Todos são adultos e sabem muito bem o que querem da vida, apenas falta-lhes mais estudo, fato que poderia melhorar a prática da atividade agrícola aliado à prática de atividades não agrícolas.

6.2 Caracterização das Unidades de Produção Agrícolas

Os dados levantados pelo uso das entrevistas contribuíram para caracterizar as Unidades de Produção Agrícolas (UPA's) dos beneficiários do PNCF. Evidencia-se que dois têm até 5 hectares; seis têm de 5 a 10 hectares; dois têm de 10 a 15 hectares e dois têm de 15 a 20 hectares. Essa é a realidade da estrutura

fundiária existente no município, composta basicamente de minifúndios, não alcançando 1 módulo fiscal (20 hectares). Aliado a isso, o solo da maioria das propriedades é pedregoso, tendência observada no solo do município na sua maior parte. Acentua-se que todas as propriedades dos beneficiários têm área de preservação permanente, quer seja mata ciliar ou áreas de grande declividade com cobertura vegetal, segundo os entrevistados.

A mão de obra utilizada nas propriedades é própria, geralmente do casal, os filhos auxiliam eventualmente. A forma de exploração das atividades produtivas para cinco deles é mista, ou seja, para o desempenho de algumas atividades eles possuem máquinas e equipamentos; para quatro deles o trabalho é feito todo manual e três deles têm exploração toda mecanizada, contam com auxílio de máquinas e equipamentos para a realização das tarefas de plantio, colheita e ordenha dos animais. Importante frisar que a mão de obra, principalmente na atividade leiteira é considerada penosa, ou seja, ainda precisa muito investimento em tecnologia para a pequena propriedade mudar esta realidade.

Todos os beneficiários têm acesso à energia elétrica, monofásica na maioria, tem acesso à água encanada da rede pública, em sua maioria de poço artesiano e de fonte protegida. O que favorece a qualidade de vida e o desempenho das atividades produtivas. Todos têm os bens de consumo como geladeira, freezer e máquina de lavar. No caso da televisão apenas duas famílias não tem esse bem de consumo. Em relação aos veículos, a maioria tem moto e alguns têm automóvel, o que sugere que todos têm um meio de locomoção do interior para a cidade.

A principal atividade produtiva desenvolvida pelos beneficiários é leite, seguida pelos grãos (milho) que são utilizados basicamente para fornecer aos animais e com isso, o desenvolvimento da atividade leiteira. Apenas dois beneficiários plantam soja, em áreas que tem em parceria com outros familiares. Evidencia-se com isso que a atividade leiteira é a principal alternativa de renda mensal aos beneficiários.

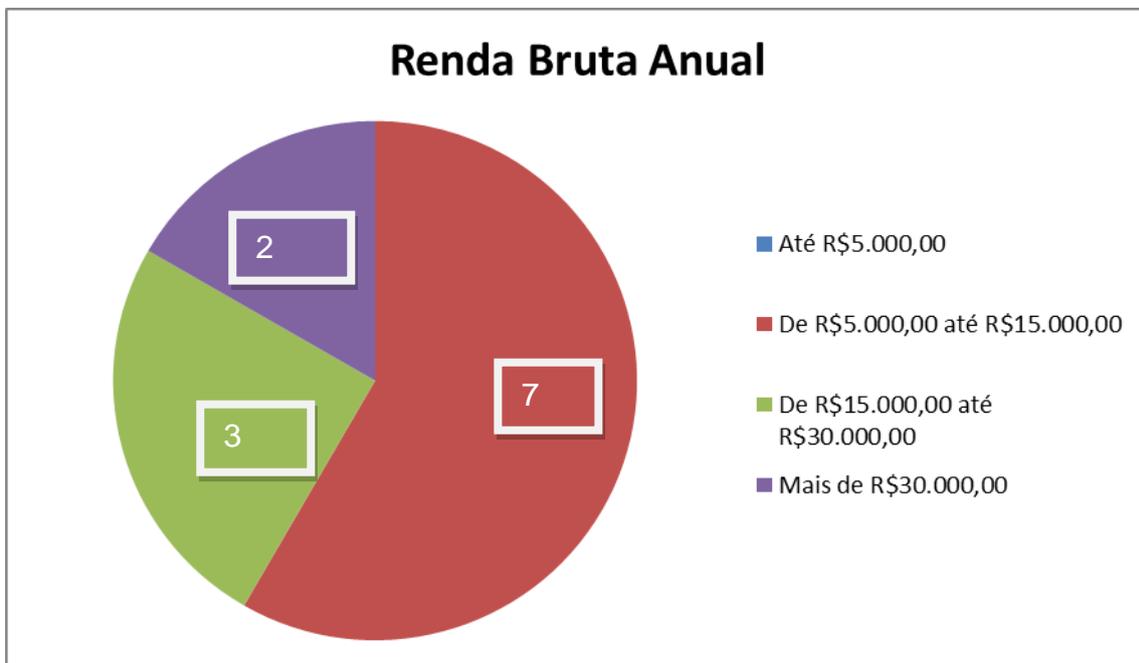
Grande parte dos beneficiários recebe assistência técnica, citam Emater/RS - Ascar e técnicos de cooperativas locais. Em relação a este quesito cabe dizer que desde antes do beneficiário adquirir a terra ele recebe orientações da Emater/RS – Ascar, por exemplo, quando é feito o Parecer Técnico, quando da elaboração da proposta de aquisição e durante os primeiros quatro anos são feitas

três visitas anuais para elaboração de laudos de vistorias. Cabe frisar que é mais importante a qualidade da assistência do que a quantidade da mesma.

6.3 Composição da Renda dos Beneficiários

A renda bruta anual dos beneficiários do PNCF advinda das atividades produtivas realizadas nas propriedades é demonstrada na figura 3 a seguir, em que a maioria deles está na faixa de renda de R\$5.000,00 até R\$15.000,00. Diga-se que é uma renda considerada baixa.

Figura 3: Gráfico da Renda Bruta Anual dos Beneficiários do Programa.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Dentro da composição da renda, cerca de sete beneficiários não tem nenhuma atividade que permita uma renda extra. Um deles está exercendo a função de secretário na Prefeitura Municipal e quatro prestam serviços eventuais de pedreiro ou carpinteiro. No entanto, essa renda não chega a 25% da composição da renda familiar total. Nenhum deles recebe renda proveniente de aposentadoria, devido à faixa etária dos beneficiários entrevistados. Em relação ao recebimento de algum tipo de Benefício Social, cerca de oito deles não recebem nenhum tipo de

Benefício Social do governo, um recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC); um recebe Benefício do Programa Bolsa Família (PBF) e dois recebem benefício proveniente de Auxílio-Doença.

Pode-se dizer que aquele beneficiário do programa que tem alguma atividade extra ou recebe algum tipo de benefício especial, ou ainda que ao trabalhar utilize a estrutura das propriedades dos pais, dentre os citados acima, tem uma condição de vida econômica e social razoavelmente melhor do que aqueles que vivem apenas da renda proveniente exclusivamente da atividade agrícola. Nesse sentido cabe trazer a questão da pluriatividade, muito bem defendida por Schneider (2003), para ele a pluriatividade é uma mudança estrutural, que ocorre quando um membro da família dedica-se a alguma atividade não agrícola, dentro ou fora da propriedade rural. Segundo este autor:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER, 1990, p. 367 *apud* SCHNEIDER, 2003, p.105).

É uma noção que emergiu recentemente e se expande gradualmente, não só relacionada à realidade rural de países ricos e desenvolvidos.

6.4 O Olhar dos Beneficiários acerca do Programa

Este tema aborda as constatações dos beneficiários, os porquês da adesão ao programa e também se querem continuar na atividade agrícola. A maioria afirma que acessou o programa pelas condições de facilidade do pagamento, visto que eram parcelas anuais e o prazo era prolongado e também porque era um modo de adquirir uma área de terra própria conforme a sua escolha. Como destaca o beneficiário B4 ao dizer que “era uma maneira de conseguir comprar um pedaço de

terra e continuar no meio rural”. Outro beneficiário afirma que “por ser um meio mais fácil de adquirir um pedaço de terra, pela facilidade de pagamento” (B5).

Em resposta a indagação “Quer continuar na atividade agrícola?”, todos responderam que “sim”. Este ponto é muito importante, pois indica que fizeram a escolha certa ao permanecerem no meio rural, embora alguns relatos de que a atividade rural é sacrificada e penosa, todos querem continuar trabalhando. Sabe-se que a atividade rural é de alto risco, ou seja, as pessoas plantam e não sabem se vão colher, vendem seus produtos e não sabem o preço que lhes será pago, exemplifica-se com o caso do leite, que eles só sabem o valor pago por litro na hora de receber o pagamento. Embora haja esses riscos, eles persistem e querem continuar na atividade agrícola.

Durante as visitas para a realização das entrevistas, perceberam-se muitas melhorias. A maioria deles ampliou a infraestrutura de suas propriedades, com galpões e estábulos e incrementou a produção, com a recuperação do solo e a aquisição de animais. Outros construíram a residência, caso do beneficiário B2, que participa do ‘Programa Minha Casa, Minha Vida’ do Governo Federal, como mostra a foto abaixo.

Figura 4: Acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: Waechter, 2013.

Neste sentido cabe destacar que, segundo os beneficiários entrevistados, o programa de crédito fundiário para aquisição de terras foi muito importante para todos. De um modo geral aderiram para buscar uma melhoria nas condições de vida, para aperfeiçoar as questões produtivas e ampliar a área das propriedades.

6.5 Mudanças na Vida dos Beneficiários a partir do Crédito Fundiário

Os beneficiários relataram as principais mudanças ocorridas desde que acessaram o programa, a maioria argumentou que a vida melhorou, teve avanços positivos, segundo o beneficiário B3 “eu tô trabalhando no que é meu, tenho mais ânimo, mais vontade de trabalhar”. Houve estímulos para trabalhar com mais vontade e dedicação, com um local para estabelecer a família e morar, como afirmou o B4 “poder ter um lugar próprio para se estabelecer... ter sua própria renda”. Tem-se ainda a afirmação do B5 “tenho um cantinho para morar”. Mudanças estas bem subjetivas.

A maioria deles afirmou que as mudanças provocadas nas suas vidas foram positivas. Um deles (B7) afirmou que a sua renda mensal aumentou, ele tem o poder de tomar as decisões com mais independência do que se fosse trabalhar numa terra que não fosse a dele. Outro (B9) disse “que a vida está num crescente”, ele estabelece objetivos a curto, médio e longo prazo e tem êxito. Até já conseguiu comprar mais um pedaço de terra perto da sua, claro que isso aconteceu porque também recebeu uma herança.

Outro (B10) reforçou que tudo mudou na sua vida, inclusive a questão da mão de obra que diminuiu desde o período em que trabalhavam de empregados rurais, embora a terra que adquiriram estivesse abandonada, “tinha muita capoeira”, disse ele. Eles afirmaram que é preciso muita dedicação e a esposa do beneficiário frisou que gosta de desafios. Para reafirmar as mudanças positivas, inclusive com a valorização da área de terra adquirida um deles disse:

Ha mudô bastante. Tirava leite a muque, não tinha espaço pras vaca. Agora tenho mais vaca, resfriador... até comprei um carro... Na verdade valorizô a terra que eu comprei. Eu tinha dado R\$10.000,00 adiantado, o banco pagou R\$40.000,00 e hoje eu não ia compra por R\$80.000,00. A mesma área do lado da minha, que era do mesmo lote e foi dividida ao meio, eles tão vendendo por R\$115.000,00 (B11).

Claro que alguns poucos afirmaram que não houve grandes avanços. O beneficiário B8 salientou que não mudou muita coisa, tem um pouco mais de tranquilidade na parte econômica e conseguiu manejar melhor a propriedade, pois teve mais espaço. Apenas um dos beneficiários, o B6 disse que sua vida mudou para pior, não foi para frente, que a terra que ele adquiriu num total de 7,8 hectares tem aproximadamente 4 hectares de área inaproveitável. Tem uma área na beira de um rio e o restante com declividade acentuada, achou que depois de adquirir poderia derrubar a mata nativa e isso não pode ser feito. Agora ele tem a dívida e não está pagando.

Cabe aqui refletir um pouco sobre como o programa tem particularidades e se desenvolve de modo desigual num mesmo município. Alguns fizeram um bom negócio, outros não. Alguns beneficiários na ânsia de conseguir adquirir um pedaço de terra não consideraram algumas áreas marginais que eram colocadas à venda, não perceberam que daquela terra deveriam tirar seu sustento e pagá-la. Aqueles que avaliaram suas condições e perceberam que era viável economicamente estão em melhores condições na atualidade.

6.6 Fatores que Contribuíram para a Permanência no Campo

Esta é a grande indagação do presente trabalho “analisar os fatores que contribuem para a manutenção dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário no campo no município de Alegria/RS”, que em parte foi respondida pelos beneficiários ao longo das análises anteriores, mas que será frisado aqui pelas afirmações dos mesmos.

Um dos fatores citados pela maioria dos entrevistados foi o sonho de terem uma terra própria, serem donos do seu pedaço de terra. Um beneficiário (B2) disse que seu sonho era adquirir um pedaço de terra e ampliar sua propriedade, já que residia numa área cedida pelo pai e que, com a possibilidade de comprar uma terra que era lindeira à sua e permanecer lá, foi a realização de um sonho de muitos anos. Outro beneficiário (B7) disse que sempre teve o sonho de comprar um pedacinho de terra, desde quando trabalhava para sua mãe, já plantava e colhia, mas tinha que seguir o pensamento da mãe. Quando ficou sabendo do programa pelo vendedor de uma área, não teve dúvidas, buscou comprar a terra. Ainda um beneficiário (B10) disse que “meu sonho era ter um pedaço de terra, sempre gostei

de trabalhar na agricultura”. Ele e a mulher trabalhavam de empregados assalariados numa granja de suínos e sabiam a diferença que é trabalhar de empregado e agora como donos. Apesar de o trabalho ser praticamente todo manual, eles trabalham bem menos que antes e são mais felizes agora.

O beneficiário B3 respondeu que a principal razão que o levou a manter-se no campo e não ir para a cidade foi “pelo custo de vida alto na cidade”. Pois, com quatro filhos não tinham condições de comprar todos os alimentos, pagar aluguel e manter a família na cidade.

Com base nas afirmações dos beneficiários pode-se dizer que um dos principais fatores que contribuíram para a permanência no campo foi a realização do sonho de ter uma área de terra própria. Assim como as pessoas da cidade sonham em ter uma casa própria, as pessoas do meio rural sonham em ter um pedaço de terra próprio. Para Fontoura (2010), se para os grandes proprietários e fazendeiros a terra se constitui em um negócio como qualquer outro, para os trabalhadores rurais e para os camponeses proprietários, a terra onde exercem suas atividades constitui a única fonte de sobrevivência a eles acessível. (PRADO JR., 2007, p. 22 *apud* FONTOURA, 2010, p.11).

Outro fator citado por muitos foi em relação à questão de permanecer no meio rural com a possibilidade de ampliar a sua propriedade. Um deles (B8) já tinha uma área de terra que comprou com seus recursos próprios logo que casou, porém era pouca área e não dava para tirar o sustento, já não queria mais ficar no interior, fazia pequenos bicos de pedreiro para ajudar na manutenção da família, porém a mulher dele queria muito ficar, então resolveu comprar pelo crédito fundiário, logo que surgiu uma área de terra lindeira a sua.

O beneficiário B9 sempre morou no interior e trabalhava como prestador de serviços aos vizinhos. Quando surgiu a oportunidade de adquirir uma área de terra próxima à sua pelo PNCF, ele comprou. Disse que não era fácil produzir e fazer sobrar para manter a família e ainda pagar a prestação da terra. Deve isso ao seu serviço prestado a terceiros.

Já o beneficiário B11 disse que “não tinha estudo, ficava difícil de ‘lida’ na cidade” e aderiu ao programa porque “a terra era barata e pertinho daqui... mais fácil de pagá ela”. O beneficiário B6 afirmou que por não ter estudo ficou no interior, seus pais tinham pouca terra e ele era o único filho homem, então quis ampliar a sua propriedade com a aquisição de mais um pedaço de terra.

Com base nas afirmações acima se pode dizer que outro fator que favoreceu a permanência no meio rural foi a possibilidade de ampliar a área de terra, ou seja, muitos deles já residiam ou exploravam um lote de terra e com a adesão ao PNCF puderam ampliar e estruturar melhor suas propriedades, progredir e buscar a inclusão social e produtiva.

Também foi citado pelos beneficiários entrevistados que eles gostavam de morar e trabalhar no meio rural, de acordo com o beneficiário B1 “fui trabalhar de empregado na cidade e não gostei”. Já o beneficiário B4 disse “sempre tive vontade de continuar no meio rural”.

Ao considerar a afirmação do beneficiário B5 que disse “gostar do que estava fazendo, por ter mais opções de fazer aquilo que quer e gosta de fazer” juntamente com todas as expressões dos beneficiários pode-se afirmar que um fator que contribuiu para a manutenção deles no campo foi de reproduzir socialmente seu modo de vida. Segundo Palmeira, em 1970 foram 30 milhões de migrantes internos. A simples saída das áreas rurais contribuiu para criar desequilíbrios nas estruturas sociais que serviam de suporte às atividades econômicas. A expulsão sistemática de trabalhadores dos grandes domínios rurais e a inviabilização da pequena propriedade em algumas áreas contribuiu para impedir a reprodução social de “agregados”, “moradores” ou “colonos” (PALMEIRA, 1989). Essas palavras reforçam o que disseram os beneficiários entrevistados, pois sempre houve uma vontade intrínseca por parte de muitos agricultores de fazer do meio rural o seu modo de vida e não apenas o lugar onde trabalham.

6.7 A Contribuição do Poder Público na Ótica dos Beneficiários

Este tema requer muita atenção, pois é muito discutida na atualidade a questão de incentivar, através de políticas públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, a manutenção do homem no campo, a produção de alimentos e a reprodução social de seu modo de vida.

Ao considerar que um dos objetivos deste trabalho foi verificar a existência de estímulos no âmbito do poder público municipal para a permanência das famílias beneficiárias do PNCF no meio rural é importante esclarecer que a maioria dos entrevistados disse que não recebeu incentivo do poder público, apenas dois deles afirmaram que receberam uma melhoria (encascalhamento) na entrada

da propriedade depois de muito insistir. Claro que, se for analisar a existência de uma política pública municipal direcionada somente aos beneficiários do crédito fundiário realmente não existiu, isso não quer dizer que eles não participaram de incentivos oferecidos pela municipalidade aos agricultores de modo geral. Houve incentivo para a melhoria da atividade leiteira, troca-troca de sementes, patrulha agrícola e outras.

Em âmbito estadual a maioria dos entrevistados respondeu que não recebeu estímulo do poder público, apenas dois afirmaram que receberam a assistência técnica da Emater/RS – Ascar que é uma prestadora de serviços para o governo do Estado. Isso se deve ao fato de que muitas vezes eles não ligam a Emater/RS – Ascar ao governo estadual e não percebem que todo trabalho executado antes da aquisição do lote de terra, os trâmites da proposta, o projeto de crédito, os laudos são feitos por esta entidade. Sendo que a Emater/RS – Ascar é uma entidade que possui vínculos com o governo municipal através de convênio, com o governo do estado e a recém-criada Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) ela é uma das principais executoras das políticas direcionadas ao campo e tem ligação com o governo federal através de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Grande parte dos entrevistados respondeu que na esfera federal não recebeu estímulo do poder público, apenas quatro deles responderam que sim, que receberam o PRONAF A. Este PRONAF é um projeto de investimento para a melhoria das atividades produtivas, com pagamento em longo prazo e rebate se for pago em dia. Sobre isso cabe ressaltar que o governo federal tem estimulado muito a permanência do agricultor no campo, primeiramente com a criação do MDA e seus inúmeros programas, com destaque aos Territórios da Cidadania, Chamadas Públicas de Regularização Fundiária, de Sustentabilidade, Arca das Letras, Brasil Rural Contemporâneo. Também o MDS e seus programas como Bolsa Família, Minha Casa – Minha Vida para o meio rural, entre outros. Mesmo assim muitos não acessam essas políticas.

Importante destacar na consideração deste tema, de acesso às políticas públicas e contribuição delas para a permanência no campo, que, segundo Mielitz e Melo (2010), o modelo de desenvolvimento adotado para o campo no Brasil não resolveu problemas nas áreas dos direitos fundamentais como à alimentação,

moradia, educação, saúde, tanto do campo quanto da cidade. Talvez seja necessária uma aproximação entre os beneficiários e as políticas públicas existentes, com mais informações e um esforço das entidades locais para que as pessoas realmente acessem e tenham oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida.

6.8 Possíveis Recomendações para Melhoria do Programa

Este tema denota as principais dificuldades enfrentadas pelos beneficiários e aponta caminhos e soluções para que os futuros beneficiários possam usufruir de melhores condições. Todos os pontos referem-se a sugestões pontuais dos próprios beneficiários e que podem de alguma forma exemplificar suas principais dificuldades e sugerir possíveis soluções.

Uma das dificuldades citadas pela maioria dos entrevistados refere-se às más condições de acesso as suas propriedades, tanto pelas entradas como pelas estradas principais. A sugestão é de que a prefeitura através do setor de obras priorize o encascalhamento e mantenha as estradas em boas condições de trafegabilidade. Cabe aqui sublinhar a importância de uma política pública municipal diferenciada para este público que atenda essa reivindicação.

Outra dificuldade citada refere-se ao pagamento das prestações, a maioria afirma que é bem difícil tirar o sustento da família da terra e ainda pagar as prestações. A sugestão é baixar os juros e ter mais rebates (subsídios) para quem está como o pagamento em dia. Já outro beneficiário (B10) disse que a terra se paga fácil pelo que ela produz, sendo uma terra boa e barata como a dele. Mas não é o que ocorre com a maioria que pagou caro pelas suas terras e elas nem sempre eram tão boas e produtivas quanto a dele.

A maioria dos entrevistados está com o pagamento da prestação da terra e do PRONAF A em dia, mas isso acontece com muito esforço, abrem mão de usufruir de muitas coisas para manter seu nome limpo e o crédito junto aos bancos, segundo afirmação do beneficiário B2.

Neste sentido cabe mencionar a Carta aos/às beneficiários/as do Fundo de Terras e Reforma Agrária (Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário) expedida pelo MDA/SRA em janeiro de 2013 que aborda importantes avanços e

conclama através de um chamamento àqueles beneficiários inadimplentes para que renegociem suas dívidas:

Renegociar todas as parcelas vencidas; Pagar de amortização mínima somente 5% do valor da última parcela vencida e não paga; Incluir na renegociação parcelas vencidas até a data da adesão e vincendas até 28 de junho de 2013; Alongar o financiamento para além dos 20 anos, incorporando um ano para cada parcela inadimplente, ou dividir entre as parcelas restantes, de acordo com o que observar conveniente; Não depositar em poupança os custos cartorários; Juros de 2% ao ano, com os seguintes bônus: Sudeste, Centro-oeste, Norte e Sul – 20% de rebate sobre a parcela. (MDA/SRA, 2013, p. 1 - 2).

Ademais, uma das dificuldades citadas diz respeito as constantes estiagens ocorridas na região nos últimos anos, além de outros fenômenos como granizo e vendavais que tem provocado muitos danos nas lavouras e nas propriedades de um modo geral. Sabe-se que a atividade rural envolve altos riscos, nem sempre o que se planta se colhe, então para esses anos comprovadamente difíceis, como o ano de 2012, por exemplo, eles sugerem incentivos na forma de projetos de irrigação e também um rebate maior na prestação, pois não adianta prorrogar ou jogar a prestação para adiante que acumula mais ainda a dívida, segundo o beneficiário B4.

Aqui sobressai uma das principais dificuldades, em que um dos entrevistados (B9) afirma ser bem complicado dar viabilidade econômica ao seu projeto, desde a compra da terra até a implantação de um projeto produtivo capaz de satisfazer suas necessidades básicas e da família, de alimentação, moradia, educação e saúde e ainda pagar a terra e o investimento. Para isso a importância de um acompanhamento técnico aliado aos conhecimentos do agricultor para vencer esta dificuldade.

Esse acompanhamento técnico requer uma atuação libertadora, na qual, de acordo com Wagner (2010) está calcado o enfoque sistêmico de extensão rural, focado na visão holística, ou seja, com o uso de metodologias que procuram entender, ordenar e resolver os problemas que não podem ser resolvidos pelos métodos reducionistas. O extensionista apresenta um perfil crítico e inovador e busca juntamente com o agricultor as ações dos futuros projetos para o desenvolvimento rural.

Muitos dos que aderiram ao programa desistiram justamente devido às dificuldades elencadas, como por exemplo, as seguidas intempéries climáticas, o

alto risco da atividade agrícola, a não viabilidade econômica do projeto produtivo, os juros altos da dívida da terra, pouca assistência técnica e apoio das entidades e instituições públicas, falta de infraestrutura básica (estradas de acesso, moradias precárias, acesso a água e luz, falta de banheiro), terras improdutivas e localizadas em áreas marginais.

Ao basear-se nas afirmações dos entrevistados pode-se dizer que são muitas as dificuldades dos que acessaram o PNCF e ainda estão na terra que adquiriram. As soluções para essas dificuldades nem sempre são fáceis de resolver.

6.9 Papel e Visão das Entidades junto aos Beneficiários

Este tema reflete o papel das entidades municipais que estão diretamente envolvidas no processo de aquisição de terras por meio do PNCF. Foram entrevistados o Presidente do STR, Secretário Municipal da SMA e o Chefe do Escritório da Emater/RS – Ascar.

Segundo o presidente do STR, a função do STR é de fazer as inscrições dos interessados em aderir ao programa, proceder ao enquadramento dos beneficiários segundo os critérios estabelecidos e participar do Comitê Gestor Municipal que avalia e vistoria o imóvel a ser adquirido. Após a adesão ao programa, o sindicato proporciona ao beneficiário o acesso a outras políticas públicas, como, habitação rural, programa de troca-troca de sementes de milho e forrageiras.

O secretário da SMA diz que seu papel é de participar das decisões acerca do enquadramento dos beneficiários no programa, participar do Comitê Gestor Municipal e incentivar as pessoas a comprarem uma área de terra. Após a adesão esta entidade presta trabalhos subsidiados através da patrulha agrícola (silagem, plantio de milho), troca-troca de sementes de milho, mediante pagamento.

A Emater/RS - Ascar considera-se uma entidade articuladora, que participa desde a aprovação da área e do beneficiário, elabora a proposta de aquisição do imóvel, elabora e desenvolve o projeto produtivo, presta informações através de laudos de supervisão (elabora três laudos por ano durante quatro anos) e presta assistência técnica e social depois de beneficiados. Após estabelecerem-se na terra os beneficiários recebem visitas e orientações técnicas através de contatos, geralmente aquele que busca mais recebe mais orientação devido à limitação de técnicos na entidade.

Embora pareça que o trabalho é realizado isoladamente em cada entidade, na prática isso não acontece, pois deve haver um comprometimento de todas para que o programa seja bem desenvolvido. Todas as entidades citadas têm assento junto ao Conselho Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural de Alegria, sendo este o fórum de discussão e deliberação de todas as propostas de encaminhamento para o programa, desde o antigo Banco da Terra até o PNCF. Neste conselho é que são apreciadas as inscrições, enquadramentos e propostas que já foram consolidadas e também são dirimidas dúvidas acerca do andamento do programa.

Na visão das entidades há alguns prós e contras do programa. Primeiramente cabe destacar que todas as entidades consideram importante este programa, pois segundo o Chefe da Emater/RS – Ascar favorece a permanência no campo dos jovens e pequenos agricultores, posiciona-se totalmente favorável ao programa. O Secretário da SMA afirma que o programa é muito bom para a produção de alimentos pela agricultura familiar e geração de renda para as famílias. O Presidente do STR considera o programa importante para a permanência do jovem no meio rural, além de facilitar a compra de uma área de terra. Conforme o Chefe da Emater:

É uma oportunidade de acesso à terra as famílias de mais baixa renda, podendo adquirir uma área que é vistoriada e apresenta um parecer técnico com uma visão da viabilidade técnica (econômica, social e ambiental), além do beneficiário poder escolher uma área e ficar no local de origem, manter seus vínculos familiares e permanecer numa cultura conhecida.

A principal vantagem do PNCF considerado pelas entidades refere-se principalmente a permanência no meio rural com acesso à terra para aqueles trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra por meio de um financiamento. Segundo eles, devido a essa vantagem é que os beneficiários se motivaram a acessar e permanecer no campo, pois é uma forma de ter acesso a terra com a perspectiva de melhorar a questão produtiva, melhorar suas condições de vida e renda. Embora só isso não baste, é preciso ir além. O grande desafio é como dar viabilidade econômica ao projeto produtivo dos beneficiários, viabilidade esta tanto econômica como social e ambiental. É este o grande compromisso das entidades juntamente com os beneficiários do programa.

Como desvantagens do programa eles citam os juros praticados que ainda são altos. As terras adquiridas pelos beneficiários que não foram as melhores em função do valor liberado para a aquisição, com isso foram adquiridas áreas marginais, ou seja, áreas localizadas perto de rios, com declividade acentuada, abandonadas pelos antigos donos por bastante tempo, muitas vezes sem acesso a estradas, luz, água e estrutura física adequada.

Devido a essas desvantagens é que muitos desistiram depois de terem acessado o programa, pois segundo as entidades não estavam preparados para enfrentar a mudança de vida ou logo mudaram de pensamento, surgiram oportunidades de empregarem-se na cidade, muitos jovens saíram estudar fora do município. Inúmeras são as desvantagens, pois desde 2005 aconteceram muitas adversidades climáticas (estiagem, granizo, vendaval, geada) que trouxeram muitos prejuízos às plantações. Isso tudo aliado aos preços dos produtos agrícolas muito defasados logrou em fatores que ocasionaram, segundo as entidades, a desistência dos beneficiários do programa.

Nas afirmações sobre o papel de cada entidade pode-se compreender que depende muito do empenho dos técnicos e responsáveis das entidades acima para que o programa dê certo em cada município, dependendo das suas atitudes e percepções acerca do programa ele pode ser mais atrativo ou menos. Embora cada entidade tenha o seu papel bem delimitado é a soma dos esforços e a sinergia entre elas que vai fazer com que o programa alcance bons resultados e consiga cumprir com o seu papel que é promover o acesso à terra, combater a pobreza rural e consolidar a agricultura familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar consolida-se cada vez mais em nosso país como categoria política. Demonstra-se sua importância na produção de alimentos e no acesso aos meios necessários para reproduzir seu modo de vida. Uma prova disso é a constante luta por terra, seja através de uma reforma agrária tradicional mediada pelos movimentos sociais ou por meio de uma reforma agrária dita de mercado. Segundo Sauer (2010), esta última denominada de modelo de reforma agrária de mercado, instituída pelo BIRD reafirma a liberação de créditos fundiários para aquisição de terras, que é o foco deste trabalho. E que segundo a SRA/MDA (2013) é um programa exitoso de acesso à terra que combate à pobreza rural, promove a sucessão rural no campo e consolida a agricultura familiar.

Toda conjuntura nacional nas últimas décadas acerca das questões que envolvem o rural estão implícitas em políticas públicas, ações que sejam eficientes e eficazes e que atinjam a população de modo a contribuir para o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva é que o presente trabalho oportunizou compreender o PNCF e seus impactos na vida das pessoas a partir da análise dos reais fatores que contribuíram para a tomada de decisão desses beneficiários em aderir a um programa governamental com implicações por aproximadamente vinte anos de suas vidas.

Ao longo deste trabalho ficou claro que o principal objetivo desta pesquisa, analisar os fatores que contribuem para a manutenção dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário no campo no município de Alegria – RS foi alcançado. Um dos principais fatores que contribuíram para a permanência no campo contemplou-se na realização de um sonho de ter uma área de terra própria,

seguido pela possibilidade de ampliar a área de terra e de reproduzir socialmente seu modo de vida.

A análise do perfil dos beneficiários destacou que todos tem uma ligação com o rural, quer seja como agricultores, filhos ou trabalhadores rurais, fato que facilitou a permanência no programa e na terra adquirida. Todos têm acesso à luz, água e moradia, além de bens de consumo necessários à manutenção e sobrevivência das famílias. A maioria apresentou a atividade leiteira como a principal forma de geração de renda e exploração da propriedade. E todos afirmaram que querem continuar na atividade agrícola, indicando que fizeram a escolha certa ao permanecer no meio rural.

Ao identificar as razões alegadas pelos agricultores familiares para aderir ao Programa Nacional de Crédito Fundiário e sua situação atual é importante reafirmar que um dos grandes avanços foi a inclusão social e produtiva desses agricultores através da política de créditos fundiários para aquisição de terras. Embora as dificuldades deles em permanecer há que se dizer que a política pública conseguiu oportunizar um caminho de volta, de retorno às atividades rurais por parte de muitos beneficiários. Constatou-se que houve inúmeros percalços para que a política pública não atingisse plenamente seus objetivos, mas que podem ser minimizados na medida em que se melhorem aspectos de sua gestão, tanto em âmbito federal como municipal.

Para um município de pequeno porte como Alegria, com 4.301 habitantes, tendo ainda 63% da população vivendo no meio rural configurou-se uma situação nova a partir do assentamento de mais de uma centena de famílias ao longo da última década, mesmo que essas famílias espalharam-se por todo território rural, sem dúvida sugeriram que algo deve haver de bom em fazer o caminho de volta. Falta-lhes, no entanto, organização, não há nenhuma associação ou pequena cooperativa formada por estes beneficiários, o que lhes garantiria maior acesso às demais políticas públicas existentes.

Neste prisma convém explicitar a questão dos estímulos recebidos pelos beneficiários para permanecer no campo, tanto pelo governo municipal, quanto estadual e federal. Considerando que em âmbito local não houve uma preocupação em incentivar as pessoas que optaram em continuar e/ou permanecer no campo com algumas melhorias, seja nos acessos as propriedades ou serviços de máquinas subsidiados, não há uma política pública municipal diferenciada. No âmbito estadual

houve o acompanhamento por parte da prestação de assistência técnica e extensão rural às famílias beneficiadas e no âmbito federal houve o financiamento do projeto produtivo com juro baixo e subsídio no pagamento.

Portanto, merece atenção especial as reflexões acerca das políticas públicas que promovem o acesso a terra, pois nem sempre elas podem ser concebidas isoladamente de outras políticas como habitação, saúde e educação. As questões agrárias são bem complexas e possuem fragilidades, evidenciando a importância da soma dos esforços e a sinergia entre as entidades responsáveis pela implementação do programa no município, pois isso que vai fazer com que o programa alcance bons resultados e consiga cumprir com o seu papel que é promover o acesso à terra, combater a pobreza rural e consolidar a agricultura familiar. Neste interim convém frisar o grande desafio que está posto, como dar viabilidade econômica ao projeto produtivo dos beneficiários, viabilidade esta tanto econômica como social e ambiental, para que eles consigam pagar a terra, tirar seu sustento e permanecer nela.

Importante destacar que o estudo e a análise sobre os impactos do PNCF na produção agrícola e nas fontes de renda da população rural beneficiada pelo programa pode ser ampliado, no entanto pode-se dizer que aquele beneficiário do programa que praticou alguma atividade não agrícola ou recebeu algum tipo de benefício especial, ou ainda trabalhou utilizando a estrutura das propriedades dos pais tem uma condição de vida econômica e social razoavelmente melhor do que aqueles que vivem apenas da renda proveniente exclusivamente da atividade agrícola.

Conclui-se que o PNCF proporcionou aos agricultores sem terra ou com uma pequena área uma condição de acesso e permanência, cumpriu-se a função social da terra e com certeza para muitos foi o caminho de volta às suas raízes para um novo recomeço, desta vez com mais chances de dar certo.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.agroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/conceito%20de%20agricultura%20fam.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

COMO ELABORAR UM PROJETO DE PESQUISA. Disponível em: <https://modleinstitucional.ufrgs.br/file.php/10237/como_elaborar.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. O Desenvolvimento. In: *Teorias do Desenvolvimento*. Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRGS). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DELGADO, G. C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G. e MIGUEL, L. A. *A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Uma análise dos Sistemas Agrários e das Políticas de Desenvolvimento neste "Território"*. 2008. Disponível em: Acesso em: 27 abr. 2013.

FONTOURA, L.F.M.; VERDUM, R. (Orgs.) *Questão Agrária e Legislação Ambiental*. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação tecnológica SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, S. B. (Orgs.) *Elaboração de Monografia na Área de Desenvolvimento Rural*. UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GERHARDT, T.E, SILVEIRA, D.T. (Orgs.) *Métodos de Pesquisa*. UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino a Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

IBGE – *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1466>>. Acesso em: 27 mai 2013.

KAGEYAMA, Â. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. In: *1º Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudo Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Anais... Porto Alegre, 2005.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. *Programa Nacional de Crédito Fundiário*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>>. Acesso em: 03 Dez. 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. *Painel de Indicadores Gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário*. Boletim Ano VI – Edição nº 037/2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/>>. Acesso em: 05 Fev. 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Fundiário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. *Manual de Operações - Consolidação da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/arquivosDestaque>>. Acesso em: 18 mai.2013. Acesso em: 28 abr. 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Fundiário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. *Carta aos Beneficiários – FTRA*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/secretarias>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

MASSUQUETTI, A.; SOUZA, O. T.; BEROLDT, L. A. Instrumentos de Política Agrícola e Mudanças Institucionais. In: *48º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande, MS, 25-28 julho 2010. Disponível em: Plataforma Moodle. Acesso: 24 nov. 2012.

MENEGHETTI, G. A. *Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar* [s.d.]. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>. Acesso em: 26 Nov. 2012.

MIELITZ NETTO, C. G. A.; MELO, L. M.; MAIA C. M. *Políticas Públicas e Desenvolvimento rural no Brasil*. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. V. 1. 82

NORMAS PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS. Disponível em: <<http://www.ufgrs.br/bioetica/res19696.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

O PROJETO DA PESQUISA – METODOLOGIA CIENTÍFICA. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/10237/projeto_pesquisa.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

PALMEIRA, M. *Modernização, Estado e Questão Agrária*. In: Estudos Avançados. vol.3, n.7, São Paulo: 1989 p.87-108.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SACCO DOS ANJOS et al. Crédito Fundiário no Extremo Sul Gaúcho: emancipação social ou um novo cativo da terra? In: XLV CONGRESSO DA SOBER “Conhecimentos para a agricultura do futuro”, 2007, Londrina, PR.

SAUER, S. “Reforma Agrária de mercado no Brasil”: um sonho que se tornou dívida. Estudos Sociais e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2010: 98 – 126. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/201004-098-126.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SCHNEIDER, S. A economia política dos estudos sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

SCHNEIDER, S. *Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 18. nº 51. São Paulo. Feb. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100008&script=sci_arttext&tIng=in>. Acesso em: 12 mai. 2013.

SEPLAG. *Mapa da Fronteira Noroeste*. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WAGNER, S. A. *A extensão rural no Brasil: raízes históricas e os modelos clássicos de intervenção*. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/17424/A_EXTENSAO_RURAL_NO_BRA_SIL.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de Entrevista Semiestruturada para beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário de Alegria:

A) Dados de Identificação:

1. Nome: _____

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Idade: _____

4. Escolaridade: _____

5. Número de membros da família:

6. Tempo que reside na propriedade:

7. Que atividade exercia antes de aderir ao PNCF:

8. É sócio de: () Cooperativa () Sindicato () Associação () Igreja

B) Caracterização da propriedade:

9. Quantas hectares possui:

() Até 5 ha () De 5 a 10 ha () De 10 a 15 ha () De 15 a 20 ha

10. Acesso a luz elétrica:

() Monofásica () Bifásica () Trifásica

11. Acesso a água:

() Fonte protegida () Poço artesiano () Poço raso

12. Tipo de solo:

() Pedregoso () Chão vermelho

13. Principal atividade:

() Grãos () Leite e grãos () Leite () Hortigranjeiros () Outros

14. Segunda atividade:

() Grãos () Leite e grãos () Leite () Hortigranjeiros () Outros

15. Forma de exploração:

() Manual () Mecânica () Mista

16. Recebe Assistência Técnica?

() Sim () Não

De quem? _____

17. Mão de Obra utilizada:

18. Tem área de preservação permanente?

() Sim () Não

19. Bens de consumo:

() Televisão () Geladeira () Freezer () Máquina de lavar () Automóvel

() Moto/Bicicleta

C) Composição da renda familiar:

20. Tem Renda Bruta Anual de:

- Até R\$5.000,00 De R\$5.000,00 até R\$15.000,00
 De R\$15.000,00 a R\$30.000,00 Mais de R\$30.000,00

21. Tem alguma atividade extra:

- Prestação de serviço Funcionário público Não

Se sim, qual é o percentual da renda em relação à renda familiar total?

- Até 25%? Até 50%? Até 75%?

22. Tem renda proveniente de aposentadoria?

- Um salário mínimo Dois salários Não

23. Recebe Benefício Social:

- Bolsa Família Benefício de Prestação Continuada Auxílio Doença
 Outro Não

D) Sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário:

24. Desde que ano está assentado pelo PNCF?

- 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012

25. Antes da aquisição da terra:

- Residia no meio rural? Residia no meio urbano?

26. Que razão o levou a manter-se no campo e não ir para a cidade empregar-se?

27. Por que você aderiu a este programa?

28. Teve acesso ao Pronaf A para investimento em atividades produtivas:

- Sim Não

29. Já está pagando o Pronaf A

- Sim Não

Se não, por quê? -----

30. Já está pagando a prestação da terra?

() Sim () Não

Se não, por quê? -----

31. Se não está pagando, vai renegociar as dívidas?

() Sim () Não

32. Recebeu algum estímulo (incentivo) do poder público municipal:

() Sim () Não

Se sim, qual? -----

33. Recebeu algum estímulo (incentivo) do poder público estadual:

() Sim () Não

Se sim, qual? -----

34. Recebeu algum estímulo (incentivo) do poder público federal:

() Sim () Não

Se sim, qual? -----

35. Quer continuar na atividade agrícola?

36. O que mudou na sua vida com a aquisição da terra?

37. Que avanços observou na sua condição econômica, social, política?

38. Quais as principais dificuldades?

.....

39. O que poderia ou deveria ser feito para superar estas dificuldades?

.....

APÊNDICE B - Formulário de Entrevista Semiestruturada para entidades (Emater/RS – Ascar, Secretaria Municipal de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) que assessoram o Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Alegria:

Nome da Entidade: _____

1. Como a entidade avalia o Programa Nacional de Crédito Fundiário no seu município?

Principais vantagens?

Principais desvantagens?

2. Considera importante este programa. Por quê?

3. Como a entidade se preparou para orientar os agricultores sobre o PNCF?

4. Há divulgação do programa e incentivo para que as pessoas acessem este programa por parte dessa entidade?

5. Qual é o papel (função) desta entidade para a adesão e o andamento do programa?

6. Qual o principal motivo das pessoas acessarem este programa?

7. Esta entidade presta algum tipo de acompanhamento e/ou assistência técnica para as famílias assentadas?

8. Quais os fatores que levaram à desistência de alguns depois de terem acessado ao programa?

9. Há conhecimento da inadimplência dos beneficiários deste programa? O que está sendo feito?

10. Houve mudanças nas condições econômicas, sociais e políticas das famílias beneficiadas pelo PNCF?

11. Existe alguma ação específica desta entidade direcionada ao atendimento dos beneficiários do Programa? Qual?

12. Sugere alguma modificação no funcionamento do programa que poderia ser implementada para melhorar?